

Semana Digestiva 2017:

Gastrenterologia portuguesa no topo do mundo

Cerca de 600 profissionais essencialmente afectos à área da Gastrenterologia e Hepatologia assistiram, em Albufeira, no Palácio de Congressos do Algarve, entre os dias 7 e 10 de Junho, à Semana Digestiva 2017, um congresso que marca a agenda nacional no que respeita ao panorama científico.

Sendo este o grande fórum da Gastrenterologia portuguesa, resulta de uma organização conjunta entre a Sociedade Portuguesa de Gastrenterologia (SPG), Sociedade Portuguesa de Endoscopia Digestiva (SPED), Associação Portuguesa para o Estudo do Fígado (APEF) e as Secções Especializadas da SPG (Núcleo de Neurogastrenterologia e Motilidade Digestiva, Clube Português do Pâncreas, Grupo de Estudos Português do Intestino Delgado e Grupo Português de Ultrassons em Gastrenterologia).

Entre os temas abordados ao longo do evento, destacaram-se os tumores digestivos, a hipertensão portal de causa não cirrótica, as vantagens associadas ao tratamento das doenças hepáticas, a doença inflamatória intestinal, a doença de refluxo e a abordagem do nódulo sólido do pâncreas. Foi ainda possível assistir a sessões dedicadas às publicações da Gastrenterologia portuguesa no estrangeiro, às experiências de formação e trabalho de colegas em centros de outros países.

O Curso Pós-Graduado foi este ano organizado pela SPED, subordinando-se ao tema da Imagem em Endoscopia. Teve também lugar a reunião anual da “Associação Portuguesa de Enfermeiros de Endoscopia e Gastrenterologia – APEGAST e um Curso de Actualização para Médicos da Medicina Geral e Familiar.

Dependências esteve presente no evento e recolheu os depoimentos do Secretário de Estado da Saúde, Manuel Delgado e de Rui Tato Marinho, gastroenterologista e hepatologista do Hospital Santa Maria.



**MANUEL DELGADO,
SECRETÁRIO DE
ESTADO DA SAÚDE**

**“Hoje temos
mais 700 mil
portugueses
com médico de
família”**

“É com muita honra que, em nome do Sr. Ministro da Saúde, me associo a esta Semana Digestiva, um fórum médico de vital importância para a formação médica, neste caso na área gastroenterológica. O número de participantes, o volume e diversidade das comunicações e o prestígio dos intervenientes auguram, com certeza, umas jornadas de elevado conteúdo científico e sentido prático para a profissão e, sobretudo, para a prática clínica portuguesa nesta área. Os meus parabéns por isso a todos, participantes e organizadores.

O país vive hoje, depois de um ciclo governativo de empobrecimento, um período de optimismo e esperança generalizados, graças aos resultados económicos que temos vindo paulatinamente a consolidar. Fim do procedimento por défice excessivo, recuperação de salários, mais emprego, crescimento ímpar do PIB, o maior da democracia portuguesa, controle rigoroso do défice pú-



blico e confiança robusta por parte de todos os agentes económicos. Esta trajectória de crescimento económico e de consolidação das contas públicas exige de todos nós uma postura responsável que evite o deslumbamento fácil, que nos conduza, infelizmente, a curto prazo, a uma nova crise e a um novo ciclo de ajustamento.

No sector da saúde e em particular no SNS, o percurso tem sido similar. Gostaria de dizer que, de 2010 a 2014, na governação anterior, o orçamento inicial do SNS desceu sucessivamente até um valor comparativo inferior a mil milhões de euros por ano. Mil milhões de euros a menos, no ministério da saúde, em cada ano! Em 2012, talvez por força disso, o governo anterior fez um reforço extraordinário de regularização de dívidas na ordem dos 2,1 mil milhões de euros... Claro que isto resolveu momentaneamente o problema em 2012 mas, quando tomámos posse no fim de 2015, a dívida já ia outra vez nos 400 milhões de euros a fornecedores. Só a partir de 2015 e já com este governo, nos anos de 2016 e de 2017, o orçamento para o SNS retomou uma trajectória de crescimento, ainda que de forma discreta, na casa dos 200 milhões de euros a mais, em média, por ano. Podemos dizer que o actual governo encontrou, em finais de 2015, um ajustamento, passe o eufemismo, que representou um corte equivalente a 12 por cento dos valores inscritos no orçamento de 2010... São menos recursos para responder a mais doentes, um perfil epidemiológico mais severo, uma população extremamente envelhecida e um desafio tecnológico e de inovação permanentes. Entrámos, por isto, numa situação crítica, traduzida pela falta frequente de meios humanos e materiais em diversos pontos do país, com situações dramáticas, de ausência de acesso de muitos cidadãos a cuidados de saúde necessários, o que transtornou a vida de muitos profissionais e doentes.

Começámos a inverter esta situação, ainda que limitados por recursos financeiros escassos. Em 2016, as despesas com o pessoal do SNS subiram 5 por cento face a 2015, correspondendo a um valor global de despesa na ordem dos 43 por cento. O número de médicos aumentou em 2016 em cerca de mil e mais cerca de 1700 em 2017, num acréscimo total próximo dos 2700 médicos relativamente a 2015.

Os gastos públicos com meios complementares de diagnóstico e terapêutica realizados em entidades subcontratadas e convencionadas é hoje muito idêntico aos gastos com medicamentos hospitalares e medicamentos vendidos em farmácias. Ou seja, cada uma destas três rubricas representa um custo anual para os portugueses na casa de 1300 milhões de euros. E os meios complementares cresceram 7 por cento em 2016 e estão a crescer de uma forma alarmante em 2017. Concretamente na endoscopia gastroenterológica, realizada em entidades convencionadas, a despesa saltou de 11,5 milhões de euros em 2012 para 44 milhões de euros em 2016 e o crescimento brutal em 2017, na casa dos 16 por cento, é dos primeiros quatro meses...

Este conjunto de despesas representa o esforço significativo do SNS para dar resposta às necessidades dos doentes e às necessidades técnicas dos serviços. No caso dos médicos, este esforço foi adicionado com a reposição do valor das horas extraordinárias que, a partir de 1 de Dezembro deste ano, serão 100 por cento repostas. A criação da figura do descanso compensatório remunerado, os incentivos para atrairmos médicos que se disponibilizem a fixar-se nas zonas carenciadas do país, a contratação de médicos aposentados e ainda o trabalho médico prestado por empresas de trabalho temporário... Gostaria de abrir aqui um parêntesis para responder directamente a algo que o Sr. Bastonário da Ordem dos Médicos referiu e que está a fazer um caminho de mentiras



e falsidades: os 35 por cento a que se referiu não representa cortes na despesa com pessoal mas cortes na despesa de trabalho temporário face a um despacho que permite pagarmos mais pelo número de horas extraordinárias e, com isso, incentivar que os médicos façam horas extraordinárias e simultaneamente dispensar o trabalho de empresas de trabalho temporário. Gostava que ficasse claro que o que está aqui em causa é que o corte de 35 por cento é exclusivamente no trabalho de empresas de trabalho temporário que, temos todos que concordar, não é o que queremos no SNS.

Aumentámos, em 2016 e agora em 2017, todas as linhas de actividade clínica do SNS: as consultas, as cirurgias, os internamentos, os hospitais de dia, etc. Felizmente, em 2017, conseguimos reduzir o número de urgências, uma tendência que nos agrada porque é consistente, na casa dos 6 por cento, o que revela que o SNS está a melhorar nas respostas a montante e nas respostas programadas. Refira-se, a propósito, que o facto de hoje termos mais 700 mil portugueses com médico de família poderá justificar, em parte, esta redução da procura de serviços de urgência.

Claro que, sabemos todos, há ainda muitas coisas para fazer nas estruturas, nos recursos, na organização e nos investimentos. Gostava de fazer uma nota sobre a questão dos investimentos: encontrámos um SNS exaurido em termos de equipamentos. Muitos não foram substituídos no momento próprio de vida e novos não foram adquiridos quando eram necessários. Estamos também nesta matéria a fazer um esforço hercúleo para conseguirmos cumprir a missão de modernizar o SNS.

Temos, evidentemente, muitos players do sector, desde profissionais à indústria farmacêutica e outras indústrias insatisfeitos... Os fornecedores de bens e serviços porque temos acumulado pagamentos em atraso e os profissionais, que viram crescer as suas expectativas e a sua esperança com este governo.

Queria reconhecer publicamente o contributo dos médicos portugueses, decisivo e essencial para a recuperação do SNS e para a actualização permanente da prática clínica e dos sucessos obtidos junto dos doentes. Queria também reafirmar que o nosso caminho é melhorar paulatinamente e à medida que as condições económicas o vão permitindo o estatuto profissional dos médicos e das outras profissões de saúde, definindo prioridades com a sensatez necessária. Precisamos por isso também contar com a disponibilidade e colaboração dos diferentes agentes do sector, profissionais, indústria, avaliadores, etc., criticando naturalmente quando é preciso, reconhecendo os avanços conseguidos e contribuindo com propostas e soluções que permitam aperfeiçoar as respostas, as competências e a qualidade dos nossos serviços.

Do lado do Governo, podem contar sempre com uma atitude de abertura, em que o diálogo e o trabalho serão alicerces fundamentais para reconstruirmos um SNS próspero e moderno e que vá a par das expectativas e do orgulho dos nossos cidadãos”.

O que traz esta Semana Digestiva de positivo para o panorama da formação contínua dos médicos em Portugal?

Manuel Delgado (MD) – Eu acho que estamos numa área particularmente relevante para a saúde pública porque a componente digestiva tem muito a ver com a componente de comportamento e de atitude das pessoas perante a vida, designadamente os seus hábitos alimentares. E todos sabemos que as consequências de uma má prática alimentar podem ter um impacto grande na saúde mais gastroenterológica. Portanto, estes profissionais da gastroenterologia são extremamente importantes para a vida das pessoas; em segundo lugar, é uma área com grandes avanços tecnológicos, quer no domínio do diagnóstico, quer das terapêuticas e, como tal, é uma área em que a inovação e o conhecimento estão sempre a evoluir. Aliás, um dos tópicos destas jornadas é precisamente a inovação e penso que é sempre importante, até para disseminar o conhecimento novo, fazer fóruns desta natureza, para que os mais novos, os mais velhos e aqueles que trazem experiência e conhecimento de outros países consigam comunicar e fazer passar a mensagem do que se pratica melhor e aumentar, ao fim e ao cabo, o estado da arte dos profissionais portugueses. Independentemente da área clínica em causa, os médicos portugueses são de grande qualidade do ponto de vista do conhecimento e da formação. As universidades portuguesas formam muito bem os seus médicos e todos os médicos formados entram no SNS para fazer o seu ano comum. E não haverá muitos países no mundo com esta capacidade de internalizar os alunos saídos das universidades... A partir daí, existem as especialidades, cujas vagas abrimos de acordo com a acreditação da Ordem dos Médicos, o que, temos que convir, representa um custo brutal para o SNS mas também traz um grande enriquecimento para a modernização, para a actualização e a estabilidade da oferta de cuidados de saúde em Portugal.

Noutro âmbito em que também se intervém sobre atitudes e comportamentos, refiro-me concretamente à área dos comportamentos aditivos e das dependências, já existirá alguma luz visível ao fundo do túnel no que concerne à definição de uma nova orgânica para o SICAD?

MD – Como é sabido, esse assunto é da responsabilidade do Sr. Secretário Adjunto e da Saúde mas estamos a trabalhar nisso e penso que teremos novidades ainda este mês. Não tenho datas indicativas mas penso que estará para breve uma solução.



**RUI TATO MARINHO,
PRESIDENTE DA
COMISSÃO
ORGANIZADORA**

**“Sabemos
que é muito
difícil mudar
comportamentos”**

Na sua comunicação, sobressaíram alguns indicadores preocupantes quanto à saúde dos portugueses nesta área...

Rui Tato Marinho (RM) – Não são preocupantes... É uma realidade. Podemos melhorar alguns indicadores mas as pessoas têm que ter a noção que temos um sistema de saúde dos melhores da Europa, temos tecnologia, temos excelentes profissionais mas temos também que gerir melhor os recursos, que são finitos, tal como o dinheiro e as pessoas têm que adoptar melhores comportamentos em relação à saúde... Mas sabemos que é muito difícil mudar comportamentos...

Que objectivos mediaram esta organização?

RM – A organização obedece a dois objectivos: um deles prende-se com a vertente científica, divulgando trabalhos científicos que fazemos durante o ano, as publicações e inovações, que são brutais em todos os campos da medicina e, depois, promover o intercâmbio. Muitas vezes, numa conversa de corredor, surgem projectos para o futuro, o que representa mais-valias para nós, profissionais e para as pessoas.

Também contam aqui com uma significativa presença de colegas de outros países...

RM – Sim, temos pessoas de nove países, desde brasileiros a líderes europeus, temos Angola, Moçambique, Holanda, Espanha...

Como está vista no mundo a gastroenterologia portuguesa?

RM – Acho que estamos no topo... Pode fazer sempre melhor e diria que países como a Alemanha ou a Holanda estarão melhor organizados. De qualquer forma, somos 500 gastroenterologistas, temos excelentes aparelhos, técnicos e muitos portugueses nas estruturas europeias, alguns até dirigentes, onde se centra o método científico... Eu próprio faço parte da Assembleia Geral da União Europeia de Gastroenterologia, somos o segundo país em número de trabalhos, a seguir ao Japão e o primeiro em termos de trabalhos produzidos per capita... Estamos muito bem mas, obviamente, queremos melhorar.

E quanto ao acesso dos portugueses aos cuidados de gastroenterologia?

RM – Queremos mais colonoscopias, queremos um melhor acesso... queremos ser mais bem geridos...

Que significado retira da presença do Secretário de Estado da Saúde neste evento?

RM – Foi uma honra muito grande ter cá um dos dirigentes da saúde, o que mostra que estão atentos. Por outro lado, é uma forma de reforçar a atenção em relação a esta especialidade. Quanto melhor trabalharmos e contactarmos uns com outros melhor será para os portugueses, que contarão com melhores médicos, mais motivados e melhor formados. E nós precisamos de ser bem tratados.

